

"Linhas de investigação": homicídios, técnicas e moralidades policiais na gestão de mortos na região metropolitana do Rio de Janeiro¹

Flavia Medeiros²

Resumo: Neste trabalho pretendo apresentar alguns dos processos de investigação de homicídios observados no âmbito da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. O objetivo é refletir sobre como ao longo de relações que envolvem o fluxo entre pessoas e coisas, os policiais responsáveis pela condução de “linhas de investigação” construíam “homicídios”. Os dados etnográficos são provenientes de trabalho de campo realizado ao longo de 2014 e que resultou numa tese de doutorado em Antropologia defendida em 2016 (PPGA/UFF). Meu interesse era compreender como no país onde ocorre o maior número absoluto de homicídios no mundo - em 2014, foram aproximadamente 60 mil casos registrados no Brasil - apenas 6% destas mortes são encaminhadas para a justiça, promovendo uma grande sensação de impunidade em relação ao “crime” de matar alguém. Uma das principais razões atribuídas a esta ineficácia na administração institucional de conflitos que resultam em morte é a ausência de investigação policial. Interessada nessa questão, observei os “homicídios” como categoria central para analisar quais técnicas e moralidades policiais eram utilizadas na gestão de mortos, considerando os procedimentos de investigação e tratamento institucional de mortes na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.

Diante do encadeamento das práticas e lógicas em processo, observei como naquela repartição burocrática e policial sujeitos, coisas e fatos se relacionavam e interagiam entre si constituindo-se em um emaranhando na construção de verdades sobre os homicídios. Era na continuidade, no traçar e desenrolar cotidiano da técnica nomeada “linha de investigação” que os policiais elaboravam os procedimentos burocráticos, definidores da verdade policial sobre mortos e mortes. As “linhas de investigação” se encontravam, se cruzavam e se misturavam, compondo e rompendo fios, traços e percursos, constituindo

¹ Trabalho apresentado na VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT), ST10: Entre a Política e a Técnica: práticas de conhecimento em comparação, coordenado por Magda dos Santos Ribeiro e Catarina Morawska Vianna.

² Cientista Social, Mestre e Doutora em Antropologia (PPGA/UFF). Bolsista do Programa Nacional de Pós Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES). Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Administração de Conflitos (NEPEAC/PROPPi/UFF).

uma malha pela qual eram tecidas e traçadas linhas diversas, preenchidas e vazadas pelas técnicas e moralidades dos policiais sobre os mortos e suas mortes.

Palavras-chave: mortos, polícia, investigação, linhas, Rio de Janeiro.

Entre vivos e mortos

Passavam-se dez minutos das sete horas da manhã do dia quinze de maio quando o telefone do setor de Permanência da Divisão de Homicídios tocou. Era um policial militar do 7º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de São Gonçalo, informando que moradores encontraram o cadáver de um homem num terreno baldio na rua Itaocara, bairro Trindade. A ida a este endereço para realização da perícia deste “local de crime” ia ser a primeira atividade do dia da equipe do Grupo Especial de Local de Crime (GELC) que iniciava seu plantão naquela manhã.

A equipe do GELC e eu, deixamos a “base” às oito horas e vinte minutos. Fui na mesma viatura que o delegado, o papiloscopista e um inspetor. A perita criminal e outros oito inspetores se distribuía em mais três viaturas. Chegamos no “local” cerca de trinta minutos depois. Dois policiais militares e dois bombeiros responsáveis pelo rabeção - estacionado em frente à casa vizinha ao terreno - aguardavam próximos ao cadáver. Jornalistas dos veículos locais como ‘O São Gonçalo’, ‘O Povo’ e ‘O Itaboraí’ também já estavam por ali. Além dos “profissionais”, cerca de sessenta pessoas observavam a cena do crime e a chegada da equipe da DH na rua. Diversos homens e mulheres a pé, de bicicleta ou de motocicleta com várias idades, inclusive crianças usando uniforme escolar e mochila, provavelmente moradores das redondezas que usavam aquela rua como trajeto matinal, se aglomeraram em função da presença de um morto. Os policiais chamavam esse conjunto de pessoas como “populares”.

Duas viaturas do GELC foram paradas separadamente, nas extremidades da rua, a cerca de cinco metros do terreno baldio cada uma. Outras duas, foram paradas transversalmente sendo que a em que eu estava ficou mais próxima do *ponto* onde se encontrava o corpo. Imediatamente, enquanto todos saímos das viaturas, os policiais solicitavam que os “populares” e jornalistas se afastassem, criando um movimento muito breve porém grandioso, e por isso talvez brusco, de pessoas se movimentando para fora dos

limites daquilo que naquele momento passava a se tornar o “perímetro”³ do “local de crime”. “Populares” e jornalistas eram separados por uma a “linha” imaginária demarcada pelas viaturas para definir o limite espacial do que era criado pelos policiais naquele ambiente como o “local de crime”, pois não tinham como material a fita amarela apropriada ao uso de demarcação de local de crime⁴.

O cadáver estava coberto por um lençol cor de rosa, colocado pela manhã por uma moradora das casas contíguas ao terreno baldio onde estava o corpo. Sob o lençol, levantado pela perita após iniciar os registros fotográficos, estava o corpo de um jovem negro em posição fetal preso por uma corda amarrada desde os tornozelos até os punhos, que também estavam algemados para trás. Pernas, pés e braços estavam enrolados por uma fita adesiva marrom que também cobria a boca do morto. Ao examinar o cadáver, principalmente a “lateral esquerda”, a perita identificou nove tiros, distribuídos pelo rosto, ombro e peito do corpo morto.

Delegado e papiloscopista observavam o trabalho da perita, acompanhados de um inspetor policial que tomava notas. Outro inspetor usava a câmera fotográfica para registrar imagens da rua, do “local” e do cadáver e ambos, posteriormente, redigiriam um relatório para registro no inquérito policial. O nome desta peça era “Informação de investigação”, composta pela descrição do “local de crime” produzida pelos inspetores do GELC.

Os demais inspetores se distribuíam nas funções de “contenção”, isto é, a “linha de frente” no “local de crime, e de “busca” de “indícios”. Eles não usavam quaisquer fita ou divisão física e percorrendo os limites do perímetro agiam como *pontos* de uma *linha* que separava o “local do crime” dos “populares” e jornalistas. Instruídos pelo delegado, alguns dos policiais interagiam com os “populares”, questionando “se sabiam de alguma coisa” “se ouviram algo” ou “se (re)conheciam a vítima” e buscavam localizar câmeras de segurança nas casas vizinhas, fazendo parte da “investigação” do “local”.

³ Na geometria, o perímetro é definido como a medida do contorno, a soma dos lados, de uma figura geométrica. O conceito “perímetro” também pode ser usado na geografia e no urbanismo para definir uma certa área de acordo com a configuração e os usos que se dão no seu interior: perímetro rural ou perímetro urbano. No contexto usado pelos policiais, “perímetro” representava as “linhas” não visíveis que estariam no entorno daquilo que eles estabeleciam como o “local de crime”, evidenciando que o “local de crime” é a construção do entorno a partir de onde ocorreu um “homicídio”.

⁴ A DHNISG ainda não havia sido comprado a faixa, alguns dos locais de crime que pude ir tinham o uso dessa faixa realizado, quando era reaproveitada de outros locais prévios, por Corpo de Bombeiros.

Terminada a perícia da perita criminal, o papiloscopista e o delegado começaram a observar o cadáver mais detidamente. Ela explicou que provavelmente os tiros foram realizados naquele “local”, à curta distância. Talvez a “vítima” já estava morta, para confirmação era preciso verificar os “livores do corpo”, responsabilidade do médico-legista que iria realizar a necrópsia no cadáver. Tudo indicava que ele havia sido torturado por algumas horas antes de ser executado, lesões na face demonstravam que antes de ser morto, ele levava socos ou chutes. Juntos os três conversavam e buscavam “pistas” que pudessem compor os pontos iniciais da “linha de investigação.”

Tocando no cadáver, tentavam encontrar uma “identificação”, como carteira com documentos pessoais que identificasse o morto, principal elemento para indicar uma “linha de investigação”. Auxiliados pelos bombeiros, manipularam o corpo e retiraram as cordas e fitas adesivas que o enrolavam. O papiloscopista instruíu a todos que, mesmo com luvas, manipulassem todos os objetos com cuidado, pois era provável que houvesse impressões digitais em “qualquer uma” daquelas superfícies. Uma fricção comprometeria o que ele chamava de “a qualidade da evidência”, que naquele caso seria a visibilidade das “linhas” do “datilograma”, provavelmente as “impressões digitais” de um “suspeito”.

Com uma ferramenta que carregava em sua mochila, o papiloscopista abriu as algemas. A perita criminal e o delegado, por sua vez, estavam atentos a “estojos”, “manchas de sangue”, “livores” e “equimoses” e os evidentes sinais de tortura no corpo do morto. Eles consideravam todos esses indícios importantes para determinar se aquele “local” tinha sido a “cena do crime” ou se apenas um lugar onde o cadáver foi “desovado”. Após uma hora e meia de perícia de local, delegado, perita e papiloscopista consideraram o trabalho no local de crime finalizado.

A perita coletou nove estojos de projétil de 9 milímetros, fabricados pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e correspondentes ao número de disparos que ela encontrou no corpo. O papiloscopista identificou duas impressões digitais em pedaços de fitas adesivas. Os inspetores encontraram três câmeras de filmagem em uma casa, numa das esquinas do quarteirão do terreno baldio. E ainda, souberam por narrativas de moradores que estavam entre os “populares”, que por volta das dez horas da noite anterior, foram ouvidos quatro, e em seguida, mais quatro disparos. Uma das moradoras informou que após os tiros ninguém mais “teve coragem” de sair de casa, mas que ela imediatamente

telefonou para o 7º BPM que ficava apenas a três quarteirões da rua.

O presente texto é parte das reflexões desenvolvidas para minha tese de doutorado em Antropologia⁵, que partiu do interesse em analisar os “homicídios”⁶ como uma categoria nativa para compreender como mortes classificadas como tais eram administradas e investigadas pela polícia. A partir do trabalho de campo realizado durante o ano de 2014 na Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG), observei formas possíveis de como essa “transgressão da lei e da moral” (MALINOWSKI, 1926 [2003] pg. 90)⁷ era tratada no âmbito de uma repartição burocrática e policial. Considerando os processos institucionais de administração destas mortes naquele contexto, identifiquei uma multiplicidade de *técnicas* e *moralidades* acionadas pelos agentes investidos dos poderes “de polícia” e “da polícia” que serviam para elaborar e definir aquilo que denominavam de “linhas de investigação”, construindo uma “verdade policial” sobre um “homicídio”.

A Divisão de Homicídios de Niterói Itaboraí e São Gonçalo é uma repartição da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) inaugurada em janeiro de 2014 exclusivamente para a investigação de casos de “crime intencional contra a vida”. No período de realização do trabalho de campo, atuavam cerca de 170 policiais civis, responsáveis pela “investigação” de “mortes matadas”⁸ que ocorriam em três municípios da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro: Niterói, Itaboraí e São Gonçalo⁹. Grande parte dos investimentos relativos à investigação consistiam na identificação e classificação de sujeitos e fatos a fim de registrar informações sobre como um indivíduo atentara intencional e fatalmente contra a vida de outro.

⁵ A tese é uma etnografia na qual descrevo e analiso como sujeitos, coisas e fatos se relacionavam e interagiam entre si constituindo “homicídios” e foi defendida em novembro de 2016 no PPGA/UFF.

⁶ As categorias, falas e expressões nativas virão entre aspas. Referências teóricas ou citações com autoria também virão entre aspas, porém identificadas por nome e ano do autor.

⁷ Como definiu “crime”, o antropólogo Bronislaw Malinowski (1926, [2003] p. 90) ao desenvolver uma das primeiras análises etnográficas sobre conflitos, costumes e direito numa sociedade.

⁸ “Morte matada” é uma categoria nativa, largamente utilizada no senso comum para se referir a mortes que não ocorreram de forma natural. Ou seja, foram produto da ação e intenção de alguém e portanto “matadas”. Estas se dão por contraste às “mortes morridas”, ocorridas por “causas naturais”.

⁹ Separados da cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, pela Baía de Guanabara, os municípios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo compõem a área metropolitana, outrora chamada Grande Rio.

Para dar forma a etnografia, apresento o encadeamento de diferentes práticas e lógicas referentes à investigação de um “homicídio” com o objetivo de, ao descrever seu processo, elucidar como sujeitos, coisas e fatos se relacionavam e interagiam entre si. A observação e descrição por mim apresentadas não tiveram como foco os produtos ou resultados das “investigações” de “homicídios”, mas os processos que observei em continuidade, no traçar e desenrolar cotidiano da técnica nomeada como “linha de investigação”. Isto é, tomei este tipo de “crime” como categoria central para analisar quais técnicas e moralidades eram utilizadas pelos policiais na gestão de mortos, considerando os processos de investigação e tratamento institucional de mortes na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.

A seguir, para demonstrar como ao longo de relações que envolvem o fluxo entre pessoas e coisas, os policiais responsáveis pela administração institucional daquelas mortes acionavam as “linhas de investigação”, irei retomar a descrição etnográfica. Em seguida, na intenção de levar à séria a categoria “linha”, irei analisar como manipulando técnicas e moralidades, os policiais se encontravam, se cruzavam e se misturavam com os mortos, constituindo uma “malha” policial.

“Linha forte”

No caminho de retorno para a base, papiloscopista, inspetor e principalmente delegado fizeram observações sobre o “local”. Comentaram sobre a qualidade das algemas encontradas no cadáver, que foi identificada pelo delegado como sendo de uma marca importada e com detalhes sofisticados como uma dobradiça: — Eu tenho uma dessa! Comprei lá fora! Pelo menos trezentos contos que custa aqui. - comentou. Ainda, falou sobre a moradora que telefonou para a Polícia Militar após ouvir tiros durante a noite. O delegado expressou estranheza, pois o 7º BPM só informou a DH sobre o “local” após a mudança de plantão, às sete horas da manhã. — Tem uma linha forte aí! - disse, e prosseguiu: — Essa algamma é de profissional, ou de tralha¹⁰ ou dos Mike¹¹. E tem mais

¹⁰É relevante mencionar que “tralha” é umas das categorias utilizadas pelos meus interlocutores para se referir aos membros do comércio ilegal de drogas. “Vagabundo” e “marginal” também são acionadas.

¹¹ “Mike” é uma forma de se referir a letra “M” no alfabeto fonético da OTAN, que é utilizado por diferentes organizações internacionais e agências de segurança e defesa. A Polícia Civil do Rio de Janeiro também se

coisa estranha aí cara. Isso de esperar o plantão mudar, e matar tão perto do batalhão assim... vou mandar levantar quem tava de plantão na noite de ontem. Se bobear, foram os PM que mataram esse cara aí!

Ao expressar suas primeiras impressões e reflexões sobre aquele “homicídio”, o delegado identificava uma possibilidade de percurso a ser feito pela “investigação” ao longo de uma “linha de investigação” que lhe parecia ser “forte” pois haveriam “indícios” de uma explicação para aquele homicídio que pudessem compor “evidências” consistentes na “linha”. Como pontos atribuídos à “linha”, ele narrava uma multiplicidade de referências e imagens que, de certa forma, expressavam uma forma de conhecer e exercitar o seu o conhecimento sobre os “homicídios” a partir de um “local de crime”.

Linhas

A *linha* geometricamente é definida como uma sucessão constante e indefinida de pontos, um *traço* contínuo sobre uma superfície, uma reta ou curva que liga um ponto a outro, representando um deslocamento num determinado intervalo de espaço e tempo¹². A *linha* também pode ser concebida como um *fio* que conecta, amarra ou se entrelaça entre si ou com outros fios, com uma superfície própria sob a qual se condensa e transmite algum tipo de matéria¹³. Ao se apresentarem como *traços* ou *fios* essas classificações não são absolutas. Alternadamente, *linhas* podem ser *traços* e *fios*, que podem ser transformar um nos outros, dependendo dos usos, classificações e superfícies nos quais tais *linhas* estão relacionadas e como são criadas e manipuladas.

Propor as *linhas* como forma de se compreender o mundo e as conexões entre o tempo e espaço é uma forma de dialogar com uma perspectiva que se descentraliza de conceitos a priori e se interessa em conhecer formas de criar e habitar informadas sobre as

utiliza deste alfabeto, em especial nos procedimentos em viaturas. Deriva-se daí que as corporações policiais se chamam através das letras deste alfabeto, estando para a Polícia Militar, PM, o apodo Mike e para a Polícia Civil, PC, Charlie. Dessa forma, toda a vez que um policial se refere a Mike ou Charlie, está se referindo a um PM ou a um Policial Civil, respectivamente.

¹² *Riscos* numa folha de papel, *marcas* desenhadas sobre a areia ou ainda *trilhas* na mata, rodovias e estradas na malha urbana e nuvens de fumaça deixadas por aviões no céu são formas pelas quais a *linhas* pode vir a ser representada como um *traço*.

¹³ Cabos de energia ou dados, fibras de naturais e sintéticas como cordas, cordões, cabelos e barbantes, líquido que escorre de uma torneira, medida para uso de um óleo, ou material usado como ferramenta são formas pelas quais a *linha* pode vir a ser representada como um *fio*.

relações entre mover, saber e descrever que se dariam ao longo de *linhas*. Sendo sujeitos e coisas, eles próprios, constituintes de uma variável infinita de *linhas*. Certas vezes *traços*, outras *fiões*, as *linhas* seriam continuamente mobilizada em diferentes formas de agir, existir e representar que constituíram o mundo (INGOLD, 2007; 2015).

Dentro dessa chave, as *linhas* estariam por todos os lados, construídas na mesma medida em que constroem o mundo, servindo como referência para a concepção de diferentes elementos e a antropologia seria concebida “através de linhas de vida, de linhas de crescimento, como um processo em aberto no qual o homem não pode ser pensado como separado do ambiente; ambos, homem e ambiente, estão em um processo de desenvolvimento e são produto dele.” (BONET, 2014, p. 329). Analisar sujeitos e coisas, o mundo social e o mundo material, daria acesso ao conhecimento sobre as *linhas* pelas quais ambos são feitos e se fazem em processos de criação e habitação do mundo (VELHO, 2001).

Nesta perspectiva, as *linhas* não seriam retas, tal como a idéia de modernidade parece propor ao pensar um mundo feito por *pontos* distribuídos pelo tempo e espaço previamente e que, quando conectados, conformariam uma “rede”. A perspectiva da *rede* tem se consolidado como um pensamento “não moderno” que a partir do uso da Teoria Ator-Rede propõe-se como uma “lógica de conexões, e não superfícies, definidas por seus agenciamentos internos, não por seus limites externos” (FREIRE, 2006, p. 56). Não havendo unidade ou pontos fixos, apenas *agenciamentos* e *linhas*, o uso dessa teoria visa descrever e explicar o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos e dos objetos em ação (LATOURE, 2000).

Apesar de aparentes semelhanças, tal perspectiva apresenta uma ênfase analítica diferenciada em relação às *malhas* (INGOLD, 2011). Nesta, “a ação não é o resultado de uma agência que é distribuída ao redor da rede, mas sim emerge da interação de forças que são conduzidas ao longo das linhas da malha.” (p. 92). Assim, ao invés de uma rede que se conforma a partir da relação de variedade de objetos heterogêneos, a *malha* nos propõe a pensar no fluxo que conforma um tecido de fios entrelaçados, considerando não apenas a *agência* de sujeitos e objetos, mas as *linhas* pelas quais se percebe, age e, gostaria de destacar, incluir, repercute na *malha*.

Sujeitos e coisas inseridos nesta isto é, existindo como parte constitutiva da *malha*, habitam o *mundo*. E assim, *percebem* e agem baseados em suas *habilidades* práticas adquiridas e incorporadas progressivamente como respostas a estímulos externos ou a ela estranhos bem como sua própria *percepção do ambiente*. Ao analisar a Polícia Civil do Rio de Janeiro, Kant de Lima (1995) já articulou a noção de *malha* e sua constituição enquanto “corporação”, perspectiva essa que espero expandir ao buscar inferir a relação entre as *técnicas* e *moralidades* policiais nos seus processos e procedimentos que criam e manipulam as “linhas de investigação” dos “homicídios”. Assim, ao voltar à análise dos processos e relações no tempo e no espaço, as *linhas* seriam algo primário pelas quais fluxos e movimentos entre pessoas e coisas acontecem, conformando um emaranhado de relações sociais e materiais, uma *malha*. Nesta abordagem, os *pontos* se apresentariam como os marcos de definição *a posteriori* que consolidariam aquilo que se move, se sabe, se descreve e se inscreve. E, apesar de linear, tais *linhas*, assim como a vida, não são retilíneas.

Essa perspectiva se torna particularmente interessante diante de um contexto social no qual a “retidão” é tida como um valor e o uso da noção de “linha” visa representar valores morais “corretos” e esperados por aqueles que deveriam ser “probos”, “íntegros” e “do bem”. Outras representações como os “quadrados” ou “retos”, sujeitos que “não saem da linha” são também formas de evocar essa noção moral em relação aos comportamentos e atitudes. Ademais, a noção de verticalidade e transversalidade representada pela “linha” aparece como relevante posto que orienta certa hierarquia social, dividindo os sujeitos de cima para baixo, ou vice-versa. Ainda, são representações dos limites e margens, separadoras de espaços físicos e sociais e que sugerem outros diferentes modos de usos e interpretações possíveis da noção de “linha” fazendo parte daquele contexto e portanto, de minha descrição e análise etnográfica que seguem.

“As primeiras 24 horas”

Ao voltarmos para a sede da DH, os policiais do GELC se distribuíram entre a Permanência, o alojamento e o banheiro, onde se desfaziam dos coletes a prova de balas, armamentos, papéis e se preparavam para almoçar na Cantina. Durante o almoço, o delegado solicitou que dois dos policiais do GELC voltassem ao local, vestidos à paisana,

em busca de câmeras de segurança e moradores que se disponibilizassem a testemunhar. Outro policial ficou responsável por entrar em contato com o 7ºBPM para levantar quem eram os policiais plantonistas naquela noite. A divisão de tarefas ainda incluía os policiais do GELC responsáveis pelo cartório, pelo Setor de Inteligência Policial (SIP) e pela Permanência que deveriam registrar a ocorrência, ouvir possíveis testemunhas, buscar informações nos bancos de dados da polícia e apreender os objetos encontrados no “local de crime”.

Na volta da “diligência” realizada nos arredores do local do crime, a dupla de policiais que lá esteve informou que na casa localizada na esquina do terreno onde o jovem foi morto e onde foram identificadas três câmeras de segurança morava um advogado, que já atuava na área criminal. — Essa informação é importante! Vai que o morto já tinha sido cliente dele? Ou era retaliação? - especulou o delegado que, em forma de hipóteses, lançava outras “linhas de investigação”, apontando possíveis e diferentes caminhos que poderiam ser percorridos no inquérito daquele homicídio.

Uma das principais funções do GELC era consolidar o máximo de informações no menor intervalo de tempo possível, isto porque o sucesso de uma investigação, como reproduzido constantemente por policiais e delegados, era de que “as primeiras 24 horas são essenciais”. Eles explicavam que era imediatamente após o fato que havia maior quantidade e qualidade de “evidências” que “ainda estão frescas”. Os policiais me explicavam que “quanto mais próximo de quando ocorreu o crime, mais próximo de quem cometeu a gente fica”. Era como se o novelo de informações úteis para a investigação estivesse mais denso, o que permitiria uma “linha de investigação” mais consistente. Também chamavam atenção para a urgência, fatores emocionais de testemunhas, vizinhos ou familiares que “logo assim que acontece, falam sem pensar”, mas que depois “com o passar do tempo, vai esfriando e não quer falar”. Outros ainda mencionavam a possibilidade de que o “autor” da morte ainda estivesse próximo do “local”, “tem vezes até que esperando a polícia chegar”, o que daria a polícia um “flagrante”.

Em mortes que todavia não se sabia quem era a vítima, como aquela do local na rua Itaocara, se considerava mais difícil de conduzir a investigação. Quando isso ocorria, a realização do “local de crime” inspirava uma variedade de apontamentos sobre aquele cadáver anônimo. Os policiais, estimulados por detalhes, eram levados a traçar “linhas”

imaginadas a partir de sua experiência com outros casos investigados, o que os fazia projetar percursos algumas vezes aleatórios para a condução da “linha de investigação”, mas que expressavam um “saber policial” sobre as dinâmicas possíveis de uma morte. Ao tecer hipóteses sobre um “homicídio” evidenciasse um conhecimento sobre “homicídios” pautado num “saber prático”.

No final do plantão, a dupla de policiais já tinha finalizado o relatório, o papiloscopista preparara o laudo para enviar ao Instituto Félix Pacheco e a perita criminal também fizera seu relatório de perícia de local. A escritã terminara de fazer os registros dos “autos de apreensão” das evidências coletadas no local: “9 componentes de munição AGUILLA (estojo) – Calibre 9 mm”; “equipamento policial/farda: 1 unidade (algema); “material p/ uso no tráfico: EPPENDORF pequeno” e entregou tais “evidências” no Setor de Suporte Operacional (SESOP) para ser encaminhado ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli.

O delegado assinou o relatório de local de homicídio, bem como a diligência feita pelos dois inspetores, o registro de ocorrência e os depoimentos dos dois policiais militares que acionaram o Corpo de Bombeiros e a DH, e de dois moradores que ouviram os tiros. Ele também já havia recebido notícias de que a necrópsia havia sido realizada no PRPTC de São Gonçalo, e que em breve receberiam resposta sobre as impressões digitais coletadas do cadáver e enviadas ao Instituto Félix Pacheco para identificação papiloscópica do morto. No cartório, todos estes registros, junto com o registro de ocorrência da morte ocorrida naquela quarta-feira de outono, foram incorporados como parte do “procedimento” 0421 cujo inquérito policial foi instaurado no dia seguinte, sob autorização do diretor da DH. Acima de sua assinatura podia se ler a seguinte mensagem: “Instauro IP. Portaria em separado. Observar as metas estabelecidas para cada Grupo de Investigação”, se referindo ao controle da produtividade dos policiais.

Investigação

Depois de realizada a perícia de local e passadas as primeiras “24 horas” do homicídio, os procedimentos policiais eram enviados para os Setor de Controle Cartorário (SCC) que, por sua vez, a partir de portaria assinada pelo delegado, montavam o inquérito policial que ia ser enviado para investigação a uma dupla de policiais atuando num dos

Grupos de Investigação (GI). Estes inicialmente eram divididos por município (GINit, GIIta e GISG) sendo que São Gonçalo, pelo tamanho, pela densidade populacional e pelo número de ocorrências contava inicialmente com dois grupos e, posteriormente, passou a contar com três.

Cada grupo era vinculado a um delegado, que organizavam suas equipes em quatro duplas alternando os dias de trabalho, de segunda a sábado, em expedientes de 12 horas com intervalos de 36 horas. Nos domingos, as duplas entravam em esquema de rodízio, trabalhando em dias alternados. No caso do GISG, que eu tive a oportunidade de acompanhar mais de perto a atuação de quatro duplas (duas de cada de GI), apesar de terem sua produtividade avaliada por dupla, as equipes se ajudavam mutuamente na resolução dos homicídios. Os GI eram descritos como sendo formado pelos policiais que “conhecem os clientes”, isto é: que conheciam o município, os tipos de crime que ocorriam nos diferentes bairros e os “criminosos” que lá atuavam. Em São Gonçalo, os policiais tinham representações estáveis sobre a cidade e usavam este conhecimento como ferramenta para conduzir as “linhas de investigação”.

Na medida em que trabalhavam, e tendo como suporte o trabalho de outros setores, como o Setor de Inteligência, Setor de Busca Eletrônica, Setor de Análise Projetilística produziam provas, em forma de documentos, a serem incluídos nos “procedimentos”. Os agentes lotados no GI também atuavam em cooperação com o Setor de Operações quando no deslocamento até São Gonçalo, e com o Setor de Controle Cartorário na elaboração e gerência dos “procedimentos”. Documentos que materializavam em papel o e por escrito como os agentes trabalhavam conjuntamente, através de diferentes “técnicas” e como uma das “ferramentas” disponíveis para manipulação das “linhas de investigação” de “homicídios”.

Wesley

Cerca de dez dias depois, encontrei o procedimento 0421 sob responsabilidade da dupla de investigadores Roberto e Bruno, com quem já realizava parte do meu trabalho de campo. Folheando o “procedimento” que dava forma ao “inquérito”, soube que as linhas das impressões digitais utilizadas no exame papiloscópico do cadáver determinaram sua identidade: Wesley Ferreira da Silva. Como me explicou depois, após identificar a

anexação do Laudo Papiloscópico no sistema, a inspetora do Cartório que atuava como escritã dos procedimentos dos policiais Roberto e Bruno, realizou o aditamento do R.O. no sistema e informou para a dupla de investigadores. Bruno telefonou para o PRPTC para mais informações. O policial soube que Wesley foi reconhecido e reclamado por seu pai. A partir destas informações, foi possível entrar em contato com os declarantes de Wesley. Na semana seguinte, o pai de Wesley foi prestar depoimento na DH. Nesta ocasião, ele recebeu um “mandado de intimação” para a madrasta da vítima, que “precisava desse papel para apresentar no trabalho e ser dispensada” como me explicou o policial Bruno¹⁴.

Aos poucos, as “linhas de investigação” faziam com que os traços sobre Wesley se tornassem mais consistentes e esse passou a ganhar personalidade no procedimento à medida em que sua biografia era escrita nos papéis e inscrita na burocracia. Wesley tinha 23 anos, cursou o Ensino Médio completo e desde então vivia com o pai e a madrasta em Maria da Graça, um bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Ele foi descrito por ambos familiares como “um rapaz tranquilo e trabalhador”, cuja única relação com as drogas era “pouco, mas já usou, maconha”.

Em forma de traços, pequenas “linhas” compunham registros que, por sua vez, contavam a história daquele jovem que foi morto. De acordo com as linhas textuais do que fora traduzido do depoimento dos familiares de Wesley para o “inquérito policial” produzido pelos policiais Roberto e Bruno, foram Ivan e Marcelo, um conhecido e primo da madrasta, que “bateram na porta de casa” e convidaram Wesley para “realizar um trabalho” em São Gonçalo.

Eles sabiam que Marcelo e Ivan atuavam no tráfico de drogas numa grande favela no Rio de Janeiro. E contaram aos policiais que contrariados viram Wesley aceitar a proposta de trabalho, pois “tava duro”. Depois de conversar com Marcelo e Ivan no portão da casa do pai e da madrasta, Wesley entrou, “tacou pouca coisa na mochila, e saiu dizendo que voltava em uma semana”. Quatro dias após Wesley “ter saído de supetão”, sua madrasta atendeu o telefonema de um policial dizendo que o jovem havia sido morto e que seu corpo se encontrava no PRPTC de São Gonçalo. Imediatamente, pai e madrasta de

¹⁴ Ele ainda me disse que o “mandado de intimação” era um documento importante pois “ficar só ligando, mas a pessoa nunca vem, isso é bom que coloca lá no sistema que eu intimei mas, nesse caso aí, eu entreguei em mãos ao marido dela que veio aqui e entregou pra ela.” Três semanas depois, a madrasta de Wesley foi na DH prestar depoimento.

Wesley “tiveram a certeza” de que o primo tinha alguma coisa a ver com o crime. Logo depois que voltaram do IML, “ficaram sabendo” que foi Marcelo, junto com Valter (outro traficante) quem matou Wesley. Porém não sabiam explicar o porquê.

O depoimento dos familiares de Wesley Silva indicou uma nova “linha de investigação”, distinta das que foram apontadas inicialmente pelo GELC. O acesso às relações sociais da vítima após o processo de “identificação” transformou aquele corpo sem vida encontrado na rua Itaocara em um morto com nome, sobrenome, idade, filiação e endereço e redefiniu a “linha” que, como um fio para ser puxado, trouxe um novelo de informações acumuladas sobre aquele morto. Ele deixou de ser um ponto no tempo e no espaço, um cadáver num “local de crime”, e passou a ser Wesley Ferreira da Silva, a “vítima” de um “homicídio” e a ponta de uma “linha de investigação”.

“Recomeçar do zero”

Tomando o depoimento dos familiares de Wesley como referência, os policiais passaram a buscar nos bancos de dados da Polícia Civil registros de Marcelo, Valter e Ivan. Com esta “pesquisa”, conseguiram saber que três dias após a morte de Wesley, Marcelo e Valter tinham sido presos em flagrante por porte de arma ilegal de armas e tráfico de drogas numa operação policial da PMERJ realizada na Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Naquela operação, segundo as informações disponibilizadas no ROweb, duas armas foram apreendidas pela 39a DP. Ainda conseguiram acessar os registros da prisão de Marcelo e Valter.¹⁵

Quando decidiram por confrontar o material apreendido no “local” onde Wesley fora encontrado com as armas apreendidas na prisão em flagrante de Marcelo e Valter os policiais se deram conta, ao retornarem aos “autos de apreensão” realizados no dia da morte de Wesley, que a perícia de local não registrou a apreensão de “projéteis”. Os estojos coletados pela perícia no dia da perícia de local só serviam para identificar o calibre e para serem confrontados com outros estojos, mas não serviam para identificar a arma,

¹⁵ O fato dos suspeitos já estarem presos, como comentou o policial Roberto, não influenciaria a meta, pois “mesmo o autor já estando preso, conta como autoria”.

reforçando o aspecto “cerimonial” da perícia de local (SILVA, 2013)¹⁶.

Roberto e Bruno resolveram buscar as evidências que precisavam para fortalecer a “linha de investigação” elaborada a partir dos depoimentos dos familiares de Wesley. Primeiro, telefonaram para o PRPTC onde foi feita a necrópsia para saber se havia sido encontrado algum projétil no corpo. A resposta negativa surpreendeu a dupla de policiais que então resolveu retornar ao “local de crime” na tentativa de encontrar algum projétil. “Não é possível cara, foram pelo menos nove tiros!”, insistia Bruno consternado diante da ausência dessas “evidências” no inquérito. Roberto dizia que “eles tinham que ter catado, cavado a terra” pois “se não tá no corpo, só pode tá no local” e demonstrava-se decepcionado com o resultado da perícia de local.

Já se passava um mês do homicídio quando, no dia 24 de junho, os investigadores voltaram ao terreno baldio junto com dois policiais do GELC. Coletaram dois projéteis e uma faca no local onde Wesley foi morto. Como me descreveram, o terreno havia sido capinado, o que dificultou um pouco a busca por essas “evidências”. Ambos se divertiam ao me mostrar as fotos da incursão. Eles estavam claramente satisfeitos por terem encontrado algo, mas aproveitaram para mais uma vez criticar “o trabalho mal feito pelo GELC”.

Enquanto conversávamos, os policiais agilizavam os procedimentos para imediatamente encaminharem aquelas evidências para o Instituto de Criminalística, onde seria feito o confronto entre projéteis deflagrados e coletados por eles no “local” de crime e as armas apreendidas com os prováveis autores da morte de Wesley. Para tanto, primeiro deveriam aditar o RO com as apreensões, depois preenchiam no sistema o “auto de apreensão” e o “auto de encaminhamento” para o perito criminal Humberto, responsável pela “análise e comparação projetilística”¹⁷ e que foi até a sala dos investigadores para

¹⁶ Observando o procedimento em detalhes era possível identificar algumas imprecisões como a data do “local de crime”, que apesar de ter sido realizado no dia quinze de maio, foi registrado no dia 16 de maio; erros de digitação tais como “cor: parta” e “lesão conudentes”; e diferenças na forma na grafia de nomes próprios: Wesley e Weselei, Valter e Walter.

¹⁷ O perito Humberto se apresentava como um “cientista”, e atuava como perito criminal na DHC. Na DHNISG, ele cumpria RAS, como “complemento do honorário”, fazendo hora extra duas vezes na semana (quartas e sextas), onde era responsável pelo “Serviço de Perícias Criminais”, no qual conduzia um projeto de rastreamento” de munição. O objetivo deste projeto era registrar e classificar as características do projétil e a marca das armas utilizando-se das marca do cano, as linhas, nos projéteis. O trabalho realizado por Humberto era definido como “comparação projetilística e não confronto balístico, como ele gostava de destacar, explicando que quando feito “o confronto é estojístico”, permitindo descobrir o “lote” daqueles projéteis e

avaliar o material apreendido. Humberto explicava-nos que o que ia ser feito era “confrontar os padrões” da arma com os dos projéteis e esperava ajudá-los na condução da investigação. Ainda, deveriam encaminhar para o ICCE um “auto de solicitação de exame” para a arma. Após seguirem as instruções do perito criminal, os inspetores aguardaram, aparentemente cheios de esperanças, pelo resultado da perícia.

Cerca de dois meses depois, quando perguntei sobre o resultado da perícia das armas em confronto com os projéteis, Bruno me contou que o resultado “não bateu com a arma, vamos recomeçar do zero.” Com todos os registros acumulados no procedimento 00421/2014, eu na hora pensei que os policiais não iriam “recomeçar do zero”. E quando perguntei para Bruno se eles iriam escutar os suspeitos de autoria da morte de Wesley, ele me disse que provavelmente não, “só se o doutor quiser” e continuou dizendo que “em Bangu, os policiais são mal tratados e que aquilo lá é horrível”, expressando certa falta de vontade de seguir este passo. No entanto, duas semanas depois, por pedido do delegado Sérgio, Roberto e Bruno foram até o Complexo Prisional Bangu realizar a tomada de depoimento de Marcelo e Valter.

Lá, Marcelo confirmou as declarações dos familiares de Wesley, de que foi com Ivan até Wesley chamá-lo para uma “atividade”. Wesley, porém nunca teria aparecido. Ivan, por sua vez, sumiu. Marcelo “insinuou”, segundo me contou Bruno, que foi Ivan quem matou Wesley. Valter, segundo me disseram, se recusou a falar com os policiais e disse não saber de nada. Para os policiais, “essa versão não cola”, e eles insistiam na declaração das testemunhas, familiares da vítima, mas diziam que foram os três, juntos, os “autores” do “homicídio” de Wesley. Com determinação do delegado, os policiais finalizaram o inquérito no dia 3 de julho, e a relatoria concluía que Marcelo, Valter e Ivan eram os autores da morte de Wesley. “Primeiro dia de expediente do mês, e eu já consegui uma autoria” celebrou Bruno no dia 2 de outubro.

As investigações dos “homicídios” mobilizavam procedimentos distintos. Mesmo que não tivessem “evidências materiais” de quem matou Wesley, as declarações das testemunhas vinculadas a ele pareciam ser suficientes para que os policiais definissem a “linha de investigação” até a autoria de sua morte. A condição de “ser bandido” e “estar

consequentemente, saber “para quem [a empresa] vendeu o lote”, visto que devido ao estatuto do desarmamento, a empresa precisa ter este controle.

preso” dos suspeitos apontados pelos familiares da vítima foram usadas para construir as classificações daquele homicídio, corroborando com a “linha de investigação” que vinculou o morto a seus algozes (EILBAUM, 2005). Elementos usados para torturar e matar Wesley, eram considerados como instrumentos que se encaixavam nesta composição dos procedimentos investigativos e testemunhais, delineando uma “linha” sobre aquele homicídio.

Manipuladas na burocracia pelos agentes para a produção e validação, as provas periciais eram pouco usadas. Não sei se os acusados pela morte de Wesley foram julgados. Apesar da investigação sobre sua morte ter se encerrado, inicialmente a “linha forte” identificada pelo delegado no “local de crime”, de provável envolvimento de policiais militares, foi deixada de lado. De certa maneira, por um elo não tão forte assim devido a declaração de testemunhas e a ausência de provas periciais, os policiais conectavam o morto Wesley aos autores de sua morte.

Desenrolando fios

Os policiais utilizavam-se da noção de “linha” para explicar como as investigações eram realizadas compartilhando uma ideia presente na “polícia” em distintos lugares do mundo, sendo inclusive usado no vocabulário de romances policiais, histórias de detetive, filmes e seriados sobre investigação policial. Ao procurar articular esse conceito nativo, considero-o como uma forma de expressão do *saber prático* adquirido pelos policiais que se expressam em como funcionam as tarefas burocráticas de todos os dias, naturalizadas cuja enunciação é velada e rotinizada (TISCORNIA, 2005, p.44). Assim, como categoria nativa, a “linha” representava uma atividade lógica, consequência de uma organização evidente de “provas” de um “homicídio” que se dava partir da materialidade de uma morte: a presença física do cadáver de uma pessoa, um morto. Levando a sério esta categoria, observei como a “linha de investigação” se constituía na principal técnica acionada pelos agentes para a construção de uma verdade policial sobre um “homicídio” sendo traçada num *labirinto burocrático*¹⁸, que construía e definia fatos desde o ponto de vista policial.

¹⁸ Compartilho aqui das perspectivas etnográficas de Sofia Tiscornia (2005) e Brígida Renoldi (2013). Em sua etnografia do Caso Walter Bulacio, que foi vítima da violência policial em Buenos Aires, Tiscornia apresenta como os papéis que formavam “procedimento” por escrito e oficial do caso, se constituía num labirinto de papéis derivado do poder burocrático nos processos de construção de verdade judicial, ao mesmo tempo em

Ao percorrerem a “linha de investigação”, os investigadores fabricavam “evidências” e “testemunhas”, materializadas no papel em forma de documentos que eram organizados em conjuntos para compor o “inquérito policial”.

No prosseguimento ao longo das “linhas de investigação”, os policiais buscavam determinados “pontos” estabelecidos por eles como relevantes: “vítima”, “dinâmica de fato” e “autor” eram apresentados pelos agentes como determinantes da trajetória de uma “linha”. Era assim, que “seguindo os passos” os policiais explicavam como davam a continuidade a um “procedimento”, forma pela qual se referiam aos “inquéritos policiais”. O percurso ao longo da “linha de investigação” se dava pela definição de “pontos”, inscritos no papel, e “curvas” que os faziam criar e manipular as classificações usadas na construção de um fato como “homicídio”.

Nesse movimento, os agentes percorriam as *linhas* na medida em que as construía e pelos procedimentos de investigação demonstravam que a morte não era o final, tampouco um desvio na “linha” daquilo que chamamos de “vida”. Os mortos eram o começo da classificação e construção da vida, tomados como coisas vazadas num processo permanente do extravasar que os trazia de volta à vida. Eram tanto sujeitos como coisas, afinal, “as coisas estão na vida porque vazam, porque estão no fluxo constante” (BONET, 2014, p. 336) compondo um emaranhado habitado e tensionada, num movimento contínuo produzido a partir daquela burocracia policial.

Uma fundamental distinção entre técnicas e moralidades que construía certas mortes como homicídios, certos mortos como vítimas e certos sujeitos como autores derivava dos processos oriundos da capacidade criativa e inato dos sujeitos de criar, habitar e narrar o mundo, mas não apenas. As “linhas” permitiam compreender como formas de pensar e viver (n) o mundo, que organizam certas atividades, regras e o conhecimento não são uma coisa material, tampouco apenas uma ideia abstrata. Elas dizem respeito a relação de fluxo entre esses dois âmbitos, uma *malha* entre pessoas e coisas pelas quais *linhas* diversas são eram traçadas e tecidas, se encontrando, cruzando e misturando para

que elucidava o “labirinto judicial” e seus complexos caminhos pelo qual passara o caso dentro da burocracia penal. Renoldi por sua vez, se utiliza desta perspectiva para descrever o espaço burocrático que configura o “juzgado”, responsável pelos “casos de contrabando” ocorridos nos limites Argentinos da tríplice fronteira, sugerindo assim a circulação e movimento, de certa forma organizada porém não explícita, de papeis e fatos que se dava naquele ambiente.

compondo “homicídios” identificados, classificados e administrados por técnicas e moralidades daqueles policiais.

“O morto é culpado pela morte dele”

A forma como estes policiais investigavam os homicídios, e como tentei demonstrar a partir de alguns dos procedimentos referentes à morte de Wesley, apresentava-se como fruto de um tipo de conhecimento específico, exercido através de um poder de construção da verdade acumulado na prática e transmitido pela experiência compartilhada entre os policiais. Este conhecimento informava os agentes no exercício de sua função de policial e era definido como uma “técnica de investigação” de “homicídios”. Nesta técnica, a “linha” era pensada como forma de orientar as investigações, construindo uma coerência materializada por escrito nos registros que iriam compor o inquérito policial.

A partir do que me foi possível acompanhar das investigações das mortes, observei como os policiais, investigadores de homicídios, conduziam o processo de construção de uma “linha de investigação” a partir de formas de se comunicar que por vezes indicavam horizontes, transversalidade e limites acionados para expor uma opinião, hipótese, ideia ou análise sobre uma morte e um morto. Algumas vezes, eles tinham dificuldade de construir tais formas e diziam que certo homicídio “não tem linha” porque, ele não teriam “ideia do que aconteceu”. “Assim [sem linha] não dá nem para fazer investigação. É raro, mas acontece.” me explicou um dos delegados. Para que a investigação pudesse acontecer, eles ainda explicavam que era preciso “existir uma linha” mas que também “não adianta existir muitas”. Mais do que duas linhas já era considerado “muitas”, por isso os policiais diziam perseguir apenas uma, aquela que os levasse mais rapidamente a definir uma “autoria”. “Quanto tem autoria é o melhor dos mundos. Às vezes a linha tem o nome de um suspeito, tem uma direção.”

“Tortura”, “execução”, “acertos de contas”, “latrocínios”, “crime passional”, “cachacídio” eram formas de classificar as mortes e expressavam o conhecimento dos agentes sobre certos “homicídios” em suas diferentes formas e de orientar e mobilizar as “linhas de investigação”. Portanto, era entre diferentes técnicas e moralidades, que os policiais civis conduziam as “linhas de investigação” que os levavam, desde uma “malha”, a administrar os “homicídios”. Para tanto, os policiais compartilhavam um “corpus de

conhecimento” (INGOLD, 1986, 1988; VELHO, 2001; MURA, 2011) organizado e distribuído de acordo com a forma como eles se engajavam em relações sociais e materiais. Reproduzindo símbolos e interesses, tensionados situacionalmente por valores e moralidades que “não sejam únicas, nem homogêneos nem imutáveis, derivados de uma estrutura social totalizante, mas produto das interações pontuais e contextuais entre os agentes, as regras, os conflitos particulares e as pessoas envolvidas neles” (EILBAUM, 2012, p.32). Este “corpus de conhecimento” era resultado de um acúmulo orientado por uma “ética policial” (KANT de LIMA, 1995) que nessas interações comuns conferia plasticidade a uma “malha” constituída na articulação contínua daqueles policiais como membros de uma corporação própria.

Era a partir desta malha que as “linhas de investigação” era usadas como “técnica”, considerando as “ferramentas” mobilizadas pelos policiais nos processos de construção de verdade de casos de “homicídio”. Por elas, demonstravam que os percursos pelos quais construíam uma “linha” redundavam de como os casos eram moralmente classificados por eles. Algumas vezes de acordo com “provas”, também construídas por eles inseridas como “elementos” testemunhais ou evidenciais, a “linha de investigação” materializava uma versão que expressava a “verdade policial” sobre as mortes e os mortos.

Ao percorrer variados traçados, construídos ao longo das investigações conduzidas no âmbito do trabalho policial realizado pelos agentes da DHNISG, identifiquei formas de elaboração de elos entre vítimas e suspeitos. Tais formas, segundo os policiais descreviam, se orientavam por uma “técnica de investigação” de “homicídios” composta por uma série de práticas realizadas nas “investigações”. Meu objetivo foi demonstrar como as “linhas” funcionavam como “técnica” para a “investigação” de “homicídios” que conectava mortos a vivos e que se dariam por diferentes caminhos, constituindo um mundo no qual os policiais habitavam e circulavam. Ao dar ênfase aos fluxos, aos processos que se dão ao longo da linha, tentei explicitar que, mesmo quando se trata de morte, os “caminhos da vida não são predeterminados como rotas a serem seguidas, mas têm que ser continuamente elaborados sob nova forma. E esses caminhos, longe de serem inscritos sobre a superfície de um mundo inanimado, são os próprios fios a partir dos quais o mundo vivo é tecido” (INGOLD, 2000, p. 242).

Linhas, fios e traços usados para descrever os diferentes processos que iam “entre” este processo policial de inscrição e definição de mortes como “homicídios”. As “linhas de investigação” estavam entre sujeitos, “vivos” ou “mortos” que eram construídos como “vítimas”, “testemunhas” e “autores” de “homicídios” e coisas que eram produzidas como “indícios”, “evidências” e “provas”. Ainda que a “linha” fosse representada como um segmento reto que conectava diretamente um morto a um vivo, a partir das curvas e voltas delineadas durante as investigações, essa se assemelhava mais a um emaranhado de fios que se intrincavam e enrolavam sujeitos, situações, narrativas na própria vida daqueles policiais.

Referências Bibliográficas:

BONET, Octavio. *Itinerâncias e malhas para pensar os Itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold*. Sociologia&Antropologia | Rio de Janeiro, v.04.02: 327 – 350, outubro, 2014

EILBAUM, Lucia. “La ‘sospecha’ como fundamento de los procedimientos policiales”. Cuadernos de Antropología Social, nº 20, 2005, pp. 79-91.

_____. *"O bairro fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense*. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

FREIRE, Letícia de Luna. *Seguindo Bruno Latour: Notas para uma antropologia simétrica*. Comum, Rio de Janeiro, v.11, n.26, p.46-65. 2006.

INGOLD, Tim. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press, 1986.

_____. *Tools, minds and machines: an excursion in the philosophy of technology*. Techniques et Culture, n. 12, p. 151-176, 1988.

_____. *The perception of the environment: essays livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000.

_____. *Lines. A brief history*. Routledge, Oxon, UK, 2007

_____. *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Routledge, London, 2011

_____. *The Life of Lines*. Routledge, London, 2015

KANT de LIMA, Roberto. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro, seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995a]

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000

MALINOWSKI, Bronislaw. (1926) *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MURA, Fábio. *DE SUJEITOS E OBJETOS: UM ENSAIO CRÍTICO DE ANTROPOLOGIA DA TÉCNICA E DA TECNOLOGIA*. In.: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 95-125, jul./dez. 2011

RENOLDI, Brígida. *Carne de Carátula. Experiências etnográficas de pesquisa, julgamento e narcotráfico*. La Plata: Edições Al Margen. 2013

SILVA, Klarissa. *A Construção Social e Institucional do Homicídio: Da perícia em local de morte à sentença condenatória*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013

TISCORNIA, Sofía. *Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales*. El caso Walter Bulacio. 1a ed. Buenos Aires: Editores del Puerto; CELS, 2005.

VELHO, Otávio. *De Bateson a Ingold: PASSOS NA CONSTITUIÇÃO DE UM PARADIGMA ECOLÓGICO*. MANA 7(2):133-140, 2001